

# O cisma na Igreja Católica Apostólica Romana e o nascimento da Igreja ortodoxa: uma releitura histórica e as tentativas de reaproximação

## The schism in the Roman Apostolic Catholic Church and the birth of the Orthodox Church: a historical rereading and attempts at reapproximation

Ney de Souza<sup>1</sup>

Tiago Cosmo da Silva Dias<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo expõe os acontecimentos que levaram ao grande cisma entre o Ocidente e o Oriente cristão em 1054, assim como procura rever o que fizeram as igrejas na tentativa de se reaproximarem e restabelecerem a sonhada unidade que, nestes tempos, é ainda mais almejada graças à força e à influência que possui o atual líder da Igreja católica, o papa Francisco. Desde o Concílio Vaticano II (1962-1965), a Igreja católica aprendeu a não se fechar em torno de si mesma, mas se abrir ao diálogo com o mundo contemporâneo. Neste sentido, uma das portas de entrada para a reaproximação entre as igrejas, extrapolando as doutrinas, pode ser aqueles anseios próprios de toda a humanidade, tais como a paz, a concórdia e a fraternidade. Tudo depende, porém, do esforço dos líderes.

### Palavras-chave

Cisma. Igreja católica. Igreja ortodoxa. Diálogo.

### Abstract

This article exposes the events that led to the great schism between the West and the Christian East in 1054, as well as seeks to review what the churches did in an attempt to reconnect and restore the dreamed unity that, in these times, is even more desired thanks to the strength and influence of the current Catholic Church's leader, pope Francis. Since the Second Vatican Council (1962-1965), the Catholic Church has learned not to close in on itself, but to open up to dialogue with the contemporary world. In this sense, one of the entry points for the rapprochement between the churches, extrapolating the doctrines, may be those desires proper to all humanity, such as peace, concord and fraternity. It all depends, however, on the leaders' effort.

### Keywords

Schism. Catholic Church. Orthodox Church. Dialogue.

---

<sup>1</sup> Doutor e mestre em História Eclesiástica pela Pontifícia Università Gregoriana (PUG). Bacharel em Filosofia pelo Centro Universitário Assunção (UNIFAI) e em Teologia pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Pós-doutorado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Contato: [nsouza@pucsp.br](mailto:nsouza@pucsp.br).

<sup>2</sup> Mestrando em Teologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Teologia e Filosofia pela Faculdade Paulo VI e em Jornalismo pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Contato: [pe.tiagocosmo@gmail.com](mailto:pe.tiagocosmo@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

As igrejas de Roma e de Constantinopla foram, respectivamente, segundo a Tradição, fundadas pelos apóstolos Pedro e André que, de acordo com as Escrituras, eram irmãos (Mt 4,18; 10,2; Mc 1,16; Lc 6,14). No início, a convivência era harmoniosa, até porque, os primeiros padres acreditavam na unidade como um atributo da própria essência da Igreja nascente e zelavam por ela. Naturalmente que, naquele início, a unidade girava em torno da hierarquia – ou da figura do bispo.

No decorrer dos primeiros séculos, porém, os próprios costumes e aspectos culturais motivaram a algumas diferenças entre as igrejas do Ocidente e do Oriente. O *Tratado contra os francos*, escrito atribuído a Fócio (810/820-893), que fora eleito patriarca de Constantinopla e, depois, não reconhecido pelo bispo de Roma, acusava os ocidentais de introduzirem a expressão *filioque* – “e do Filho” – na profissão de fé, ao falar do Espírito Santo (SOUZA, 2020, p. 110); de usarem pão ázimo na celebração da missa, de não jejuarem durante a quaresma, entre outros (NAVARRO, 1995, p. 97).

De fato, o chamado cisma de 1054, que deu origem a Igreja ortodoxa, não pode e nem deve ser compreendido como um ato arbitrário e isolado, mas sim como consequência de diversos fatores que atingiram o cume no século XI, devido, basicamente, a uma questão primordial: o primado de jurisdição do bispo de Roma.

Na verdade, na constituição daquilo que se chamava pentarquia, ou seja, o governo da Igreja a partir dos cinco bispos das maiores igrejas – à época, Roma, Constantinopla, Alexandria, Antioquia e Jerusalém – o bispo de Roma, hoje o papa, já gozava de uma primazia, mas apenas de honra, visto que era compreendido como o “primeiro entre os pares”. Gozando dessa primazia, poderia intervir em conflitos e discussões dos demais patriarcados, mas apenas se consultado. O fato é que, ao longo dos séculos, alguns dos bispos de Roma começaram a confundir o que era apenas um primado de honra com um poder de decisão sobre a Igreja inteira – não mais “o primeiro entre os pares”, mas “o primeiro sobre os pares” – até culminar nas excomunhões mútuas, no século XI (SOUZA, 2020, p. 113-114).

## 1 OS ACONTECIMENTOS DE 1054

No início do século XI, os normandos, povo do norte da Europa, começaram a invadir a Itália e a Sicília. Como outras igrejas ocidentais, os normandos praticavam os ritos latinos e forçavam as regiões que conquistavam, de língua grega, a fazer o mesmo. Em contrapartida, o patriarca de Constantinopla, Miguel Cerulário (1043-1058), crítico severo do que os gregos consideravam “erros ocidentais”, respondeu ordenando que as poucas igrejas de seu território se adaptassem ao rito grego. Paralelamente, o papa Leão IX (1049-1054), com medo do crescente poder normando ao sul, procurou uma aliança com o governador bizantino, cuja atitude resultou, por parte dos normandos, na prisão do papa (1053). Em abril de 1054, porém, a cúria romana enviou três delegados a Constantinopla, chefiados pelo cardeal Humberto da Silva

Cândida (1000/1015-1061) para prosseguir com as negociações (IRVIN; SUNQUIST, 2004, p. 487).

O que a delegação romana não sabia é que, enquanto estava a caminho, o papa fora solto, morrendo no dia 19 de abril de 1054. Fato é que, chegando a Constantinopla, os enviados pela cúria foram recebidos pelo imperador Constantino IX (1042-1055). O patriarca recusou-se a recebê-los, acreditando que aquela visita seria uma tentativa da Igreja de Roma de tomar o poder da sede constantinopolitana.

Em contrapartida, os delegados papais começaram um debate teológico com os orientais gregos sobre uma série de questões que separavam as igrejas do Ocidente e do Oriente. Uma delas era a prática de usar pão ázimo na celebração da missa: os orientais acusavam os latinos de práticas judaizantes. De fato, para o Ocidente, o pão deveria ser sem fermento, mostrando a ausência do mal na matéria do culto, bem como sua pureza. Para o oriente grego, porém, o fermento expressava a presença, no Cristo, de uma alma humana criada e, fazendo fermentar a massa como um princípio de vida de uma matéria inerte, marcava a diferença entre os muitos sacrifícios antigos, estéreis e imperfeitos, com o novo realizado por Cristo, pela ação do Espírito. Diante disso, o cardeal Humberto rejeitou as acusações e defendeu os latinos com as Sagradas Escrituras, aproveitando para atacar o patriarca por não reconhecer, no papa, o primado (IRVIN; SUNQUIST, 2004, p. 487; SOUZA, 2020, p. 113).

Os debates não produziram mudanças de gênero algum e a delegação latina sequer havia se encontrado com o patriarca, que além de se negar a recebê-los, ainda colocava a população contra a Igreja de Roma. Sem concluir a questão, os delegados papais decidiram, finalmente, retornar a Roma. Antes, porém, o cardeal Humberto e seus auxiliares se dirigiram até a Basílica de Santa Sofia e, depois de proferirem protestos de todo gênero, no dia 16 de julho de 1054, depositaram sobre o altar a bula de excomunhão contra o patriarca.

Quanto a Miguel, a quem se atribui abusivamente o título de patriarca, e aos partidários da sua loucura, trata-se de uma abundante cizânia de heresias que é, todos os dias, semeada por eles em seu meio [a cidade de Constantinopla]. Como os simoníacos, eles vendem o dom de Deus; como os valesianos, eles fazem de seus hóspedes eunucos, para elevá-los, em seguida, não só ao sacerdócio, como ao episcopado [...]. Como os nicolaítas, eles permitem que os ministros do santo altar contraiam matrimônio [...]. Como os pneumatômacos (aqueles que combatem o Espírito Santo), eles suprimiram no símbolo a processão do Espírito Santo. Como os maniqueus, eles afirmam que o pão fermentado é animado [...]. Além disso, deixando crescer a barba e os cabelos, eles recusam a comunhão àqueles que, segundo o costume da Igreja romana, cortam o cabelo e fazem a barba [...]. Eis porque, não podendo suportar essas injúrias inauditas e esses ultrajes dirigidos à primeira sé apostólica [...], assinamos contra Miguel e seus partidários o anátema que o nosso reverendíssimo papa pronunciaria contra eles se não demonstrassem arrependimento: Que Miguel, o neófito, que ostenta abusivamente o título de patriarca [...], e todos aqueles que o seguem nos mencionados erros caiam sob o anátema. Maranatha, juntamente com os simoníacos [...] e todos os heréticos, que estão mais próximos do Diabo e dos seus anjos, a menos que demonstrem arrependimento. Amém, amém, amém! (COMBY, 1993, p. 132).

## O cisma na Igreja Católica Apostólica Romana e o nascimento da Igreja ortodoxa

A história não se encerrou com essa bula. Miguel Cerulário foi visto pelo povo como o defensor da Igreja oriental que foi injuriado pelos ocidentais. O patriarca, então, mandou que se queimasse uma cópia da bula em praça pública, guardando a original como prova da eterna desonra dos ocidentais.

No dia 24 de julho de 1054, um sínodo da Igreja de Constantinopla – apenas uma dúzia de metropolitas e arcebispo reunidos em Santa Sofia – promulgou um edito sinodal em que os latinos eram declarados culpados de terem querido perverter a verdadeira fé, excomungando o cardeal Humberto e toda a delegação pontifícia. Não só isso: o patriarca Miguel Cerulário, algumas semanas mais tarde, apresentou-se como o único representante da verdadeira religião de Cristo (ROPS, 1991, p. 521). Esse fato, conhecido na história como as excomunhões mútuas, marca o grande cisma, a partir do qual se fala em Igreja Católica Apostólica Romana e Igreja ortodoxa.

Apesar de muitos se referirem a esses acontecimentos de 1054 como “o divisor de águas” e a data da consumação do cisma, há quem defenda que a divisão já estava consumada devido às problemáticas precedentes. De fato, o peso acumulado de diferenças institucionais, culturais e teológicas tinha cortado a comunhão viva dessas duas famílias cristãs.

O cisma, portanto, antes de ser um evento pontual, é – como o definiu o dominicano francês Yves-Marie Congar – um lento processo de incomunicabilidade recíproca ou de “estranhamento” das duas igrejas que, num determinado momento, encontraram-se divididas, sem nunca estarem formalmente separadas. Essas igrejas encontraram-se em estado de cisma quando confundiram o conceito de unidade da Igreja ao qual o pluralismo cultural confere beleza, com o de uniformidade, no qual as tradições particulares, em vez de se integrar, se contrapõem (MORINI, 2005, p. 32).

Os outros patriarcados orientais – Antioquia, Jerusalém e Alexandria – não conheceram rupturas formais com Roma, comparáveis à excomunhão de 1054. Contudo, sob o influxo de Constantinopla, acabaram se distanciando igualmente da sé romana. Por isso, não é possível estabelecer uma data precisa para a separação: o distanciamento foi progressivo, até que essas sé e Roma se perderam de vista (HORTAL, 1996, p. 34). Sobre o cisma, Rops (1991, p. 521) escreveu que os homens da Igreja de Cristo terão de prestar contas dessa ruptura que, apesar de previsível já há tempos, não souberam evitar pela caridade.

## 2 A PRINCIPAL DIFICULDADE

Por detrás desse trágico evento, estava, sobretudo, aquilo que se conhece como o primado de jurisdição do bispo de Roma, que ainda é a grande divergência entre católicos e ortodoxos, visto que estes últimos não aceitam que o bispo de Roma tenha poder sobre a Igreja do mundo inteiro. Sobre esse dado, um escritor do século XII, chamado Nicetas, que era arcebispo de Nicomédia, assim teria escrito ao bispo de Roma de então:

Amado irmão, nós não negamos à Igreja de Roma a primazia entre os cinco patriarcados irmãos; e reconhecemos seu direito ao mais honorável lugar num concílio ecumênico. Mas ela se separou de nós por seus próprios atos quando, por orgulho, assumiu uma monarquia que não faz parte do seu ofício... Como haveremos de aceitar decretos seus que foram publicados sem sermos consultados ou mesmo sem termos conhecimento deles? Se o pontífice romano, sentado no trono altivo de sua glória, deseja nos atacar e, por assim dizer, das alturas “despejar” mandatos sobre nós, se deseja nos julgar ou nos governar e às nossas igrejas, não se aconselhando conosco, mas por seu prazer arbitrário, *que tipo de irmandade ou mesmo que tipo de parentesco pode haver? Seríamos os escravos e não os filhos de tal Igreja, e a sé de Roma, não a mãe piedosa de seus filhos, mas uma rígida e imperiosa senhora de escravos* (WARE, [1963], grifo nosso).

Na verdade, a Igreja ortodoxa, tal qual nos primórdios da Igreja, aceita que o bispo de Roma tenha uma precedência, mas apenas *de honra*, não *de jurisdição*. De fato, no campo teológico-sacramental, não há um bispo superior a outro; no canônico-disciplinar, porém, ela nunca duvidou que, hierarquicamente, o lugar caberia ao bispo de Roma. O problema é que, historicamente, os papas exacerbaram quanto à compreensão deste primado (MORINI, 2005, p. 35).

Para os cristãos do Oriente, no atual contexto, o patriarca de Constantinopla não é o papa da Igreja ortodoxa, mas unicamente um patriarca como os demais, que possui, porém, o primado de honra num eventual concílio. No entanto, na prática líderes como o patriarca da Igreja russa acabam por ter mais preponderância e evidência, já que, em termos históricos, de população e território, acabam sendo mais importantes.

### 3 A REAPROXIMAÇÃO

As tentativas de se restabelecer a união entre as igrejas aconteceram, basicamente, em dois concílios: em 1274, no II Concílio de Lião; e entre 1438 e 1445, no Concílio de Ferrara-Florença-Roma. No caso do primeiro, o insucesso deveu-se especialmente à ligação estreita entre religião, política e economia. De fato, com a união, os imperadores bizantinos pretendiam uma estabilidade política, enquanto o papa procurava visar sua autoridade (PROCH, 1995, p. 288-289). De igual modo, também no segundo, apesar da promulgação do decreto de união *Laententur caeli*, do dia 6 de julho de 1439, não houve o entusiasmo devido e necessário: terminada a grande reunião, os gregos voltaram aos seus países de origem e, aos poucos, produziram-se diversos arrependimentos entre os que assinaram a união, cuja celebração no concílio deixara um sentimento de derrota (PROCH, 1995, p. 306).

De modo efetivo, só se pode falar de uma verdadeira reaproximação a partir do pontificado do papa João XXIII (1958-1963), responsável por convocar o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), cuja intenção, diferentemente das assembleias anteriores, não era discutir dogmas, mas sim o *aggiornamento*, ou seja, a “atualização” da Igreja com o mundo contemporâneo. Ângelo Giuseppe Roncalli (1881-1963), depois papa João XXIII, na sua

## O cisma na Igreja Católica Apostólica Romana e o nascimento da Igreja ortodoxa

carreira diplomática havia sido nomeado delegado apostólico, em 1931, para a Bulgária, e em 1934 para a Turquia e a Grécia. Na Turquia, Roncalli estabeleceu relações amigáveis não apenas com o governo, mas também com as comunidades ortodoxas. Durante a ocupação alemã na Grécia (1941-1944), fez o que pode para aliviar o sofrimento do povo e, em especial, para impedir a deportação dos judeus (MCBRIEN, 2000, p. 375).

Ao ser eleito papa, João XXIII fundou, em 1960, o Secretariado para a Unidade dos Cristãos, colocando à testa o cardeal Agostinho Bea (1881-1968) que, de imediato, levantou a hipótese de se fazer um eventual convite a observadores das igrejas cristãs não católicas para assistirem aos trabalhos do Vaticano II, cuja abertura se deu no dia 11 de outubro de 1962 – o que não ocorrera nos concílios anteriores.

João XXIII não assistiu ao término do concílio, pois faleceu em 3 de junho de 1963. Em seu lugar, assumiu o arcebispo de Milão, Giovanni Battista Montini (1897-1978), que adotou o nome de Paulo VI (1963-1978). Na conclusão do segundo período do concílio, em dezembro de 1963, o papa fez um anúncio que alarmou a muitos que, ainda com receio, não viam no empenho ecumênico algo de significativamente positivo para a Igreja e para o mundo: um encontro com o patriarca de Constantinopla, Atenágoras I. “O papa fazia sua, pois, a ânsia de unidade que percorria todos os cristãos; ir a Jerusalém era um ato de humildade, que confessava o débito de cada cristão em relação ao anúncio evangélico, e de submissão às origens mesmas da Igreja” (ALBERIGO, 1995, p. 416).

No dia 6 de janeiro de 1964, Paulo VI abraçou Atenágoras I, patriarca de Constantinopla. O abraço histórico, cuja imagem atravessa décadas na história do diálogo ecumênico entre católicos e ortodoxos, encerrava quase um milênio de incomunicabilidade.

Como reflexo desse momento histórico, às vésperas do fechamento do Concílio Vaticano II, cuja conclusão se deu no dia 8 de dezembro de 1965, foi lida, no dia 7, no Vaticano e em Istambul, a declaração conjunta assinada pelo papa Paulo VI e pelo patriarca Atenágoras I com a recíproca revogação das excomunhões mútuas que tinham sido mutuamente impostas mil anos antes (1054) entre Constantinopla e Roma. “Esse ato, definitivamente, significava a vontade real dos cristãos e das suas igrejas de superar e cancelar antigas divisões, para retomar, livres desses condicionamentos, um diálogo fraterno e fecundo” (ALBERIGO, 1995, p. 348).

Nesse texto, Paulo VI e Atenágoras I reconheciam que o encontro entre ambos, em Jerusalém, fora um evento decisivo que abria as portas para a retomada do diálogo entre as igrejas. Mais do que isso, ambos diziam reconhecer a seriedade dos fatos de 1054, que ocorreram em um momento agitado da história. Os dois líderes, porém, procuravam deixar claro que as excomunhões do século XI se referiam não às igrejas como um todo, mas unicamente às pessoas envolvidas naqueles acontecimentos – ainda que as bulas não tivessem sido assim interpretadas. O cerne dessa declaração conjunta se desenrola em três pontos, nos quais Paulo VI e Atenágoras I quiseram:

a) Lamentar as palavras ofensivas, as recriminações sem fundamento e os gestos imperdoáveis que, de uma e outra parte, caracterizaram e acompanharam os tristes acontecimentos daquela época. b) Lamentar, igualmente, e apagar da memória e da Igreja as sentenças de excomunhão que lhes seguiram, cuja lembrança atua até nossos dias como um obstáculo à aproximação na caridade, relegando-as ao esquecimento. c) Deplorar, finalmente, os lamentáveis precedentes e os acontecimentos posteriores que, sob a influência de diferentes fatores, entre os quais contaram a incompreensão e a desconfiança mútua, levaram finalmente à ruptura efetiva da comunhão eclesial (DECLARAÇÃO..., 1965).

O papa e o patriarca, com a declaração conjunta, perdoavam-se reciprocamente e anulavam as bulas de excomunhão, de ambos os lados, citando, inclusive, o texto bíblico no qual Jesus teria exortado a quem estivesse indo oferecer o sacrifício e se recordasse que tinha alguma ofensa contra o irmão, que fosse, antes, reconciliar-se com ele (Mt 5,23-24).

Os líderes viam aquele gesto também como um ato de justiça, embora tivessem plena consciência de que, por si só, não era suficiente para pôr fim às diferenças antigas ou recentes que havia entre as igrejas. Por fim, ambos diziam orar para que o mundo cristão visse, naquela atitude, a vontade comum de reconciliação, a fim de que se retomasse a comunhão de fé que a história eclesial assistiu no primeiro milênio cristão.

Quase que como um coroamento dessas iniciativas promovidas pelo espírito conciliar do Vaticano II, no dia 16 de dezembro de 1975, o papa Paulo VI recebeu, no Vaticano, uma delegação do patriarcado de Constantinopla, dirigida pelo metropolita de Calcedônia, Melitão (1913-1989). Ao final da celebração eucarística, para surpresa de todos os presentes, Paulo VI abraçou o metropolita e, inclinando-se, beijou-lhe os pés, num gesto de profunda humildade e se mostrando aberto ao diálogo. A assembleia, que assistia ao fato, aplaudia aos dois líderes com alegria e entusiasmo. Ninguém mais duvidou: de fato, as Igrejas estavam se reaproximando.

#### **4 DIFICULDADES QUE PERMANECIAM**

A partir do pontificado de Paulo VI, os papas que o sucederam também se propuseram a trabalhar com afinco o diálogo entre as igrejas. João Paulo II (1978-2005), sucessor de João Paulo I (1978), que ficara apenas 33 dias à frente do governo da Igreja, criou, no dia 30 de novembro de 1979, a Comissão Mista Internacional para o Diálogo Teológico entre a Igreja católica e a Igreja ortodoxa. Além disso, no dia 1 de março de 1989 elevou o Secretariado para a Unidade dos Cristãos, fundado por João XXIII, à condição de Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos.

A maior iniciativa de João Paulo II foi a publicação da carta encíclica *Ut unum sint*, no dia 25 de maio de 1995, na qual reconheceu que o ministério papal precisava de reforma para ser fiel à missão que lhe é própria. No documento, o papa dizia que a revisão do ministério do bispo de Roma era uma tarefa imensa que não poderia ser recusada, mas que, ao mesmo tempo, sozinho ele não poderia executar (JOÃO PAULO II, 1995, p. 120). Em outras palavras, João Paulo II se mostrou aberto para discutir, com as demais igrejas, a questão do primado que,

## O cisma na Igreja Católica Apostólica Romana e o nascimento da Igreja ortodoxa

embora fosse uma definição clara do lado latino, ainda era um dos principais impasses no Oriente.

João Paulo II também encontrou resistências. No dia 4 de maio de 2001, o papa polonês iniciou uma de suas viagens apostólicas, na qual pretendia seguir os passos do apóstolo Paulo na Grécia, na Síria e em Malta. Aquela era a primeira viagem de um pontífice à Grécia, em 1291 anos. Ali o papa precisou enfrentar protestos dos extremistas ligados à Igreja ortodoxa grega, que se lhe referiam como “o maior dos hereges” ou o “grotesco monstro de dois chifres de Roma”. Os próprios líderes da Igreja ortodoxa grega foram muito relutantes com relação à visita do papa, e afirmaram autorizá-la unicamente por se tratar de uma peregrinação. À época, o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que, no dia 28 de abril daquele mesmo ano, cerca de 400 padres, freiras e fiéis passaram mais de 12 horas rezando, reunidos numa capela do século XVI dedicada a São Dionísio, pedindo à providência divina para que impedisse a visita do papa a Atenas. Centenas de igrejas e mosteiros ameaçavam fechar as portas, hastear as bandeiras negras e fazer os sinos bradarem, mas em sinal de luto.

Apesar de tudo, foi durante o pontificado de João Paulo II que os líderes decidiram tentar promover a união não pensando apenas em doutrinas, mas sobretudo nas questões e dificuldades humanas, próprias de todos os homens e mulheres. Em junho de 2004, quando o papa recebeu o patriarca de Constantinopla, Bartolomeu I, para comemorar os 40 anos do abraço fraterno ocorrido entre Paulo VI e Atenágoras I, João Paulo II disse que havia muito mais razões para uni-los do que, propriamente, para separá-los.

## 5 QUESTÕES PENDENTES

A Igreja Católica Apostólica Romana respira novos ares desde que o cardeal argentino, Jorge Mario Bergoglio, tornou-se o papa, em março de 2013, depois que seu antecessor, Bento XVI (2005-2013) renunciara ao cargo, o que também se constituiu como um fato extraordinário, visto que a última renúncia de um papa havia ocorrido no século XV, com Gregório XII (1406-1415).

O papa argentino, que assumiu o nome de Francisco, assinalou a mudanças significativas já na sua primeira aparição na sacada da Basílica de São Pedro: autointitulou-se bispo de Roma, mostrando que era um bispo *com* e não *sobre* os demais; apareceu usando roupas simples e evitou ficar acenando, apenas olhando estupefato a multidão que o aclamava.

A missa inaugural do pontificado de Francisco aconteceu quando a Igreja celebrava São José, no dia 19 de março, na presença de numerosas delegações oficiais de 132 países e líderes de confissões religiosas. Aliás, pela primeira vez na história, o patriarca de Constantinopla, Bartolomeu I, estava presente.

O papa Francisco conseguiu, também, um encontro inédito na história com o patriarca Kirill, da Rússia, que, na Igreja ortodoxa, atualmente, é o mais notável. Em fevereiro de 2016, Kirill faria uma viagem a Cuba e Francisco ao México. Por uma questão de praticidade, ambos

decidiram se encontrar no aeroporto internacional José Martí, em Havana, Cuba. E assim aconteceu, no dia 12 daquele mês. Falando em espanhol, Francisco dirigiu-se ao patriarca dizendo: “Falamos como irmãos, temos o mesmo batismo, somos bispos” (FRANCISCO, 2016a).

O papa jesuíta também encontrou resistências. De 30 de setembro a 2 de outubro de 2016, visitou a Geórgia, cuja visita, porém, não obteve o resultado esperado. Apesar dos mútuos gestos de reaproximação entre as igrejas, o clero ortodoxo local decidiu não participar da missa de encerramento da visita de dois dias de Francisco. Apesar de já ter notificado a Igreja de Roma que não compareceria à missa, o Vaticano esperava ao menos que uma delegação fosse enviada. Não foi o que aconteceu: em um estádio que comportava 25 mil pessoas, o bispo de Roma celebrou para três mil.

## **6 POR UMA NOVA COMPREENSÃO DA UNIDADE**

Durante todo o segundo milênio da era cristã, quase não se falou de ecumenismo e da importância do diálogo. O que se pretendia, do ponto de vista da Igreja católica, era uma absorção ou uma volta à comunhão com Roma. Basta olhar, inclusive, as iniciativas uniatas, nas quais a Igreja acolheu, em seu seio, algumas das igrejas ortodoxas que puderam permanecer nos seus respectivos ritos, mas em comunhão com a Igreja católica. Aos olhos da ortodoxia essa postura é inaceitável: doutrina e prática litúrgica estão ligadas e não podem ser misturadas.

Mesmo o papa João Paulo II concebe a unidade como dada pelo Espírito, mas afirma que ela “não consiste na confluência unitária de pessoas que se aglomeram umas às outras. Mas trata-se de uma unidade constituída pelos vínculos da profissão de fé, dos sacramentos e da comunhão hierárquica” (UUS 9). Para ele, “a unidade querida por Deus só se pode realizar na adesão comum ao conteúdo integral da fé revelada” (UUS 18).

O papa Francisco, porém, parece ter uma perspectiva diferente. “A unidade dos cristãos não comporta um ecumenismo ‘de marcha atrás’, pelo qual se deveria renegar a própria história de fé; nem sequer tolera o proselitismo, que aliás é um veneno para o caminho ecumênico” (FRANCISCO, 2016b).

Unidade, portanto tem a ver com “ser um”, mas respeitando as respectivas diferenças. É por isso que a base do ecumenismo deve ser a Trindade: o Pai não é o Filho, e vice-versa; o Filho não é o Espírito, e vice-versa; assim como o Espírito não é o Pai, e vice-versa. Contudo, mesmo diferentes, possuem uma comunhão de amor tão perfeita e íntima que são um só Deus. É, portanto, a unidade na diversidade.

Aliás, para que a diversidade aconteça, a unidade é um atributo que lhe é essencial, porque não possível notar a diferença se não há algo por detrás que permaneça. O papa Francisco, talvez imbuído do espírito de uma teologia negativa, dedica-se a destacar o que a unidade não é: não é fruto de esforços humanos; não é uniformidade e nem, tampouco, absorção (FRANCISCO, 2016b).

## O cisma na Igreja Católica Apostólica Romana e o nascimento da Igreja ortodoxa

Em âmbito protestante, Oscar Cullmann (1902-1999), teólogo reformado cujas investigações no campo da teologia bíblica são mundialmente reconhecidas, escreveu *L'unité par la diversité*, com o propósito de transcender o status quo das divisões eclesiais. Também ele não defende o desaparecimento das diversidades e nem a fusão das igrejas, mas sim que cada Igreja deve conservar os dons que a configuram em sua própria identidade. Aliás, para ele, não há unidade possível e nem verdadeiro ecumenismo sem o Espírito Santo, que faz nascer a diversidade. Segundo seu ensinamento, as tentativas de uniformidade são um pecado contra o Espírito Santo (SANCHEZ, 2010, p. 101).

A fusão pura e simples das igrejas acaba por ser contrária à própria natureza da unidade. É partindo desses pressupostos que Cullmann faz sua proposta: uma comunidade de igrejas perfeitamente autônomas, que continuarão a serem católicas, protestantes, ortodoxas, conservando cada uma os dons que o Espírito lhes conferiu. A diversidade, nessa perspectiva, seria um estado definitivo, e as igrejas, longe de continuarem nas rivalidades tão polêmicas de hoje, deveriam se transformar em diversidades pacíficas, portadoras de complementariedade e de comunhão (SANCHEZ, 2010, p. 102).

No cinquentenário da celebração do abraço entre Paulo VI e Atenágoras, o papa Francisco disse:

Claro, não podemos negar as divisões que ainda existem entre nós, discípulos de Jesus: este lugar sagrado faz-nos sentir o drama com maior sofrimento. E, no entanto, à distância de cinquenta anos do abraço daqueles dois veneráveis Padres, reconhecemos com gratidão e renovada admiração como foi possível, por impulso do Espírito Santo, realizar passos verdadeiramente importantes rumo à unidade. Estamos cientes de que ainda falta percorrer mais estrada para alcançar aquela plenitude da comunhão que se possa exprimir também na partilha da mesma Mesa eucarística, que ardentemente desejamos; mas as divergências não devem assustar-nos e paralisar o nosso caminho. Devemos acreditar que, assim como foi removida a pedra do sepulcro, assim também poderão ser removidos todos os obstáculos que ainda impedem a plena comunhão entre nós. Será uma graça de ressurreição, que já hoje podemos pregar. Cada vez que pedimos perdão uns aos outros pelos pecados cometidos contra outros cristãos e cada vez que temos a coragem de dar e receber este perdão, fazemos experiência da ressurreição! (FRANCISCO, 2014).

Da fala do papa se conclui que a tarefa ecumênica implica o respeito à legítima diversidade e, ao mesmo tempo, convida a superar as diferenças irreconciliáveis com a unidade que Deus pede. Isso, porém, se faz no dia a dia, no ordinário da vida, quando se aprende a conviver com o diferente. Em síntese, a realidade não comporta mais exclusivismos e a Igreja católica, sob pena de cair no esquecimento e mofar enclausurada em torno de seus dogmas e doutrinas, deve abrir suas portas e deixar entrar o novo, marcado pelo pluralismo eclesial e religioso (RIBEIRO, 2018, p. 39).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se ambas as igrejas querem se unir outra vez, será preciso, antes, converter o coração e a mente, muito maculados com as feridas de outrora. Juridicamente, as excomunhões foram retiradas, mas católicos e ortodoxos permanecem distintos entre si, sem sequer conviver. Além do mais, ou a Igreja católica repensa no modo de o papa exercer o primado ou sempre haverá divisões. A questão é que há um impasse muito grande neste sentido, porque se o lado ortodoxo não crê na infalibilidade papal e nem lhe atribui o primado de jurisdição sobre a Igreja do mundo todo, Roma declarou, no Concílio Ecumênico Vaticano I (1869-1870), estas duas verdades como dogmas de fé, ou seja, como praticamente inquestionáveis, as quais os católicos devem acreditar.

Não é à toa que, desde João Paulo II, fala-se muito mais numa práxis ecumênica, ou seja, na reaproximação a partir daqueles valores que são anseios de toda a humanidade, tais como a paz, o amor, a partilha, a solidariedade que, em tese, são comuns a todos, independente de pertencer à esta ou àquela Igreja.

Como o Vaticano II representou um novo pentecostes na vida da Igreja católica, assim também se espera que, até em respeito à memória dos papas do século XX, João XXIII e Paulo VI, haja sempre mais abertura ao diálogo, de ambos os lados, e que este não se constitua simplesmente pensando numa volta à comunhão com Roma, mas sabendo lidar com as respectivas diferenças que, no fundo, enriquecem a dinâmica eclesial. ✨

## REFERÊNCIAS

ALBERIGO, Giuseppe. O Concílio Vaticano II (1962-1965). In: ALBERIGO, Giuseppe (Org.). **História dos concílios ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995. p. 393-442.

COMBY, Jean. **Para ler a história da Igreja**. São Paulo: Loyola, 1993. v. 1.

DECLARAÇÃO conjunta do papa Paulo VI e do patriarca Atenágoras de Constantinopla. **Ecclesia**, 7 dez. 1965. Disponível em: <[http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/dialogo\\_ecumenico/declaracao-conjunta-paulo-vi-e-athenagoras.html](http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/dialogo_ecumenico/declaracao-conjunta-paulo-vi-e-athenagoras.html)>. Acesso em: 8 ago. 2021.

FRANCISCO. Celebração ecumênica por ocasião do 50º aniversário do encontro em Jerusalém entre o papa Paulo VI e o patriarca Atenágoras. **A Santa Sé**, 25 maio 2014. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/may/documents/papa-francesco\\_20140525\\_terra-santa-celebrazione-ecumenica.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/may/documents/papa-francesco_20140525_terra-santa-celebrazione-ecumenica.html)>. Acesso em: 16 set. 2021.

FRANCISCO. Discurso do papa Francisco aos participantes da plenária do Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos. **A Santa Sé**, 10 nov. 2016a. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/november/documents/papa-francesco\\_20161110\\_plenaria-unita-cristiani.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/november/documents/papa-francesco_20161110_plenaria-unita-cristiani.html)>. Acesso em: 16 set. 2021.

FRANCISCO. Palavras do santo padre após a assinatura da declaração comum com o patriarca Kirill. **A Santa Sé**, 12 fev. 2016b. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/february/documents/papa-francesco\\_20160212\\_dichiarazione-comune-kirill.html#Palavras\\_do\\_Santo\\_Padre](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/february/documents/papa-francesco_20160212_dichiarazione-comune-kirill.html#Palavras_do_Santo_Padre)>. Acesso em: 10 ago. 2021

## O cisma na Igreja Católica Apostólica Romana e o nascimento da Igreja ortodoxa

HORTAL, Jesús. **E haverá um só rebanho:** história, doutrina e prática católica do ecumenismo. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

IRVIN, Dale; SUNQUIST, Scott W. **História do movimento cristão mundial.** São Paulo: Paulus, 2004.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica Ut unum sint:** sobre o empenho ecumênico. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

MCBRIEN, Richard P. **Os papas:** os pontífices de São Pedro a João Paulo II. São Paulo: Loyola, 2000.

MORINI, Enrico. **Os ortodoxos:** o Oriente do Ocidente. São Paulo: Paulinas, 2005.

PROCH, Umberto. A união no Segundo Concílio de Lião e no Concílio de Ferrara-Florença-Roma. In: ALBERIGO, Giuseppe (Org.). **História dos concílios ecumênicos.** São Paulo: Paulus, 1995. p.279-314.

RIBEIRO, Antônio L. O pontificado de Francisco em perspectiva ecumênica. **Caminhos de Diálogo**, Curitiba, ano 6, n. 8, p. 31-41, jan./jun. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/caminhosdedialogo/article/view/24605/23113>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ROPS, Daniel. **A Igreja dos tempos bárbaros.** São Paulo: Quadrante, 1991.

SANCHEZ, Wagner L. **Pluralismo religioso:** as religiões no mundo atual. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

SOUZA, Ney. **História da Igreja:** notas introdutórias. Petrópolis: Vozes, 2020.

WARE, Kallistos. A santa Igreja ortodoxa. **Ecclesia**, [1963]. Disponível em: <[http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/igreja\\_ortodoxa/a\\_igreja\\_ortodoxa\\_historia7.html](http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/igreja_ortodoxa/a_igreja_ortodoxa_historia7.html)>. Acesso em: 7 ago. 2021.

Recebido em: 18/09/2021.

Aceito em: 03/11/2021.